

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Lupi não foi jogado. Negociou como pular ele mesmo

E Lupi saltou do caminhão...

Na edição de sexta-feira (2), mostrávamos aqui, numa entrevista com o líder do PDT, Mário Heringer, como era a forte a resistência no partido quanto à possibilidade de saída do governo do então ainda ministro da Previdência, Carlos Lupi. Dizia Heringer: "Não dá para ficar com alguém que no primeiro sacode te joga para fora do caminhão". Bem, como se viu, essa capaci-

dade de resistência não se mostrou muito grande. Lupi está fora do governo. Oficialmente, não foi jogado para fora do caminhão. Numa saída negociada, ele mesmo pulou da boieira. Os próximos passos agora serão ver até onde irá o restante do discurso de rebeldia do líder do PDT, que pregava a saída do governo caso Lupi fosse "defenestrado". Talvez não muito longe.

Insustentável

A linha que Lupi pregava, de poder se defender dentro do governo, tinha se tornado insustentável. Lupi resistiu inicialmente à demissão de Alessandro Stefanutto do comando do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). E devia resultados concretos quanto aos desvios.

Sangria

O assunto provoca uma sangria difícil de estancar no governo. Já jogava suspeitas contra o irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Frei Chico, vice-presidente de um dos sindicatos investigados, o Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Governo aposta nas boas relações de Wolney

Salto de Lupi foi negociado

Chegou-se, assim, a um salto negociado para que Lupi saísse do caminhão. O PDT mantém o Ministério da Previdência. Com um nome de confiança de Lupi, que era o secretário-executivo do ministério: Wolney Queiroz. Essa solução, avalia o governo, deverá estancar as insatisfações do PDT. Se elas estancarem a sanha opo-

sicionista, porém, é outro tema. No caso, há duas apostas do governo: a primeira relaciona-se ao perfil de Queiroz. A segunda sobre qual seja de fato o foco da oposição na sua estratégia política. Terá a oposição condições de, ao mesmo tempo, pressionar pela anistia ao 8 de janeiro e fustigar o governo com a Previdência?

CPI

Na semana passada, a oposição conseguiu o número de assinaturas necessárias para instalar uma CPI do INSS. Mas há uma fila de outros 12 pedidos anteriores na Câmara. A oposição tentará esta semana transformar essa CPI em mista como forma de evitar tal fila.

Neutralizar

Avalia-se que esse perfil possa neutralizar o avanço da CPI. Embora, por outro lado, a oposição já o comece a atacar pela proximidade com Lupi. Se Lupi sabia dos desvios, e nada fez, argumenta a oposição, Wolney, como segundo da pasta, também sabia.

Wolney

Vem daí a primeira aposta, no perfil de Wolney Queiroz. O pernambucano Wolney Queiroz foi deputado federal. Foi líder da Oposição ao governo Jair Bolsonaro em 2022. Mas tem muito bom trânsito com a maioria dos líderes do Centrão no Congresso Nacional.

Focos

A segunda aposta está no foco da oposição. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), resiste a pautar a urgência para o projeto de anistia. Tendo de gastar energia nisso, a oposição conseguirá ao mesmo tempo viabilizar a CPI? Respostas virão esta semana.

Contra a anistia, Congresso foca em outros temas

Oposição, porém, segue na sua pressão sobre Hugo Motta

Por Gabriela Gallo

Após uma semana com feriado, o Congresso Nacional volta com uma agenda prevista para ser movimentada. Ainda em obstrução na Casa, o Partido Liberal (PL) deve apresentar novamente na próxima reunião de líderes o projeto de lei que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Paralelo ao PL que concede anistia total e plena, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), articula com senadores um projeto de lei que reduz as penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) àqueles envolvidos nos atos que depredaram as sedes dos Três Poderes.

Nesta quarta-feira (7) será realizada uma manifestação em favor da anistia plena aos envolvidos nos atos antidemocráticos. Será uma caminhada da Torre de TV, em Brasília, a partir das 16h, até o Congresso Nacional. Apesar de ainda estar convalescendo da cirurgia no intestino, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que conseguirá comparecer ao ato. Estava prevista a sua alta para o final de domingo (4).

Comissões Especiais

Alheio à pressão pela anistia, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) foca em outras pautas. Convocadas por ele, nesta terça-feira (6) serão instaladas duas comissões especiais, ambas às 14h.

Uma debaterá o projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda



Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Lira será o relator do projeto que amplia isenção do Imposto de Renda

para quem ganha até R\$ 5 mil (PL 1087/25). O relator do projeto será o ex-presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do colegiado temporário será o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

Já a segunda comissão especial discutirá a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2023 que estende prazos para prefeituras parcelarem dívidas com a Previdência, a fim de perdoarem eventuais dívidas que tenham com a União. A PEC é de autoria do Senado e também define limites para o pagamento de precatórios municipais, que são valores devidos pelo poder público decorrentes de sentenças judiciais.

O presidente da comissão será o deputado Romero Ro-

drigues (Podemos-PB) e o relator da proposta será o deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Os estados mais endividados são: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

PEC da Segurança

Ainda nesta terça-feira, está agendado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara a discussão de quatro requerimentos que tratam da Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública (PEC 18/2025). Primeiro, a comissão discutirá um requerimento do líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-BA), que solicita a realização de Audiência Pública na comissão para debater o tema.

Em seguida, serão discutidos e votados três requerimen-

tos do deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), que solicitam, respectivamente, a convocação do ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, de governadores dos estados e do Distrito Federal e de representantes dos municípios do País para debater o tema.

Reforma Tributária

Já no Senado Federal, nesta terça-feira a Comissão de Constituição e Justiça da Casa realizará, a partir das 14h, uma audiência pública interativa para discutir o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). A audiência discutirá a participação dos municípios no Conselho Gestor.

Suspensão de Gilvan abre espaço para Glauber Braga

Por Karoline Cavalcante

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), agradeceu, na última sexta-feira (2), à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e ao colégio de líderes partidários pela representação protocolada no Conselho de Ética que pede a suspensão cautelar do mandato do deputado Gilvan da Federal (PL-ES). A ação foi motivada por declarações ofensivas feitas pelo parlamentar durante uma audiência da Comissão de Segurança Pública, realizada no início da última semana.

Na reunião, Gilvan, que antes já tinha dito desejar a morte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez referências ao codinome "Amante", forma como Gleisi supostamente apareceria numa planilha da antiga empreiteira Odebrecht, segundo informações da Operação Lava Jato. Gilvan disse que alguém com esse codinome, devia ser "uma prostituta do caramba".

Para Gleisi, a medida representa uma atitude rigorosa da Câmara frente a comportamentos abusivos, que infelizmente têm ocorrido. "Além de reagir prontamente às atitudes ofensivas do deputado, que ferem o decoro parlamentar, a representação sinaliza uma atitude rigorosa da Câmara diante de comportamentos abusivos que infelizmente têm acontecido", escreveu ela na rede social X (antigo Twitter).

Na mesma publicação, a

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Gilvan pode ter seu mandato suspenso por seis meses

ministra reforçou a importância de manter o respeito no ambiente legislativo. "O Parlamento é a casa da democracia e do debate, que se faz por meio de argumentos, não de ofensas. É assim que se respeita a representação popular", acrescentou.

Imagem

A representação foi protocolada na última quarta-feira (30) pela Mesa Diretora, que solicita a suspensão cautelar do mandato de Gilvan por seis meses. O documento fundamenta que a conduta do deputado não apenas ofendeu a ministra, mas também comprometeu a imagem institucional do Legislativo. "Para além da honra e da imagem da ministra Gleisi Hoffmann, a honra objetiva do

Parlamento foi inegavelmente maculada pela conduta do representado", afirma um trecho da peça.

Segundo a direção da Casa, as falas do deputado ultrapassaram os limites da liberdade de expressão, caracterizando abuso das prerrogativas parlamentares e desrespeito à dignidade da Câmara e de seus membros.

O caso foi encaminhado ao Conselho de Ética, que tem até três dias úteis para se manifestar. Caso o colegiado não tome uma decisão dentro desse prazo, o caso poderá ser levado diretamente ao plenário da Câmara. Esta medida é inédita, sendo a primeira vez que a Câmara utiliza um dispositivo interno criado na gestão do ex-presidente Ar-

thur Lira (PP-AL) para acelerar processos disciplinares contra deputados.

Ofensas

A fala inflamou o ambiente e gerou um embate direto com o deputado Lindbergh, marido de Gleisi, que reagiu chamando Gilvan de "desqualificado" e lembrando uma declaração do parlamentar, na qual teria desejado a morte do atual presidente da República. A discussão escalou, com troca de insultos e um clima de tensão. O presidente da Comissão, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP), precisou suspender a sessão e solicitar a presença da Polícia Legislativa para evitar novos confrontos.

Glauber

Embora tenha de ser aprovada pelo Conselho de Ética e pelo plenário, a representação tem o peso de ser pedida pela própria Mesa Diretora. E, segundo avaliações, abriria espaço para que solução semelhante ocorra com o deputado Glauber Braga (Psol-RJ).

Glauber responde a um processo de cassação depois de ter agredido com chutes um militante do Movimento Brasil Livre (MBL), Gabriel Costenaro. Representação contra Glauber pela sua cassação foi aprovada pelo Conselho de Ética. Como reação, o deputado fez greve de fome. Para fazer com que Glauber parasse a greve, Hugo Motta negociou a construção de uma possível pena alternativa, que seria a suspensão.